

I - RESULTADO FISCAL DO TESOIRO NACIONAL

Em abril de 1998, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 1,9 bilhão, contra um superávit de R\$ 2,6 bilhões em março, e de R\$ 1,5 bilhão em abril de 1997. O resultado primário acumulado no primeiro quadrimestre deste ano foi superavitário em R\$ 5,3 bilhões (1,8% do PIB), contra R\$ 2,8 bilhões (1,0% do PIB) em igual período de 1997.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOIRO NACIONAL (*)						
Em R\$ milhões						
	MAR	1997 ABR	MAR	1998 ABR	1997 JAN-ABR	1998 JAN-ABR
I - RECEITA TOTAL	9.847,8	10.105,0	14.401,7	12.247,0	37.167,3	48.149,5
I.1. Administrada pela SRF	9.028,1	9.385,9	10.852,7	9.931,6	34.180,5	41.308,8
I.2. Restituições (-)	-48,0	-30,3	-53,4	-46,3	-186,0	-264,9
I.3. Diretamente Arrecadada	578,2	533,7	723,5	727,7	2.201,0	2.472,8
I.4. Demais	289,5	244,8	2.921,3	1.823,2	1.098,9	5.072,2
I.5. Incentivos Fiscais	0,0	-29,0	-42,3	-189,2	-127,1	-439,4
II - DESPESA TOTAL	8.086,8	8.590,6	11.793,8	10.307,0	34.359,6	42.828,2
II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.682,9	2.096,3	2.677,6	2.587,5	7.998,8	9.923,9
II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL	6.228,1	6.419,7	8.997,9	7.596,3	25.828,2	32.295,5
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.050,3	3.134,2	4.904,5	3.430,6	13.244,0	16.238,6
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	3.177,8	3.285,5	4.093,3	4.165,7	12.584,2	16.056,9
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	380,3	264,8	320,9	327,5	1.281,0	1.337,2
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	38,7	10,6	24,7	29,1	119,4	80,4
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	2.758,8	3.010,1	3.747,8	3.809,0	11.183,8	14.639,4
II.3. SUBSÍDIOS	175,8	74,7	118,3	123,2	532,6	608,8
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	175,8	74,7	66,9	95,0	532,6	452,8
II.3.2. Fundos Regionais	51,4	28,2	0,0	156,0
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	1.761,1	1.514,3	2.608,0	1.940,0	2.807,7	5.321,3
IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB					1,0%	1,8%

(*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.
Dados Preliminares.

A receita total do Tesouro Nacional registrada em abril foi R\$ 12,2 bilhões, sendo que a despesa total, medida pelo critério do pagamento efetivo (ótica de caixa), atingiu R\$ 10,3 bilhões.

A receita total apresentou decréscimo de R\$ 2,2 bilhões em relação à arrecadação de março, em função: i) do pagamento no mês de março da quota única da Declaração de Ajuste do IRPJ e da CSLL, relativo ao ano calendário de 1997; ii) das arrecadações atípicas de receitas de concessão de serviços de telecomunicações, dos saldos de depósitos abandonados em contas-correntes e do pagamento de dividendos de bancos oficiais que caíram de R\$ 2,7 bilhões, em março, para R\$ 1,8 bilhão, em abril; e iii) pagamento da última parcela do imposto relativo aos saldos acumulados, em 31.12.97, em Fundos de Investimento em Renda Fixa.

Por outro lado, afetaram positivamente a arrecadação de abril o pagamento da primeira cota ou cota única do IRPF, relativo à Declaração de Ajuste do ano calendário de 1997, e o recolhimento referente a cinco semanas de

fatos geradores, contra quatro em março, provocando acréscimo na arrecadação do IOF, da CPMF e IRRF-Outros Rendimentos.

Quando comparada com a receita de abril de 1997, a receita total de abril de 1998 registrou crescimento nominal de 21,2%. Este efeito esteve basicamente concentrado nas “demais receitas”, uma vez que o crescimento da receita administrada pela SRF cresceu apenas 5,8%. Os principais fatores que contribuíram para tal resultado foram a arrecadação atípica relativa à concessão de serviços de telefonia celular (Banda B), da ordem de R\$ 1,6 bilhão, e o recolhimento de participações e dividendos, da ordem de R\$ 71,0 milhões¹, sem paralelo em abril de 1997.

As receitas próprias da administração direta e indireta totalizaram R\$ 727,7 milhões, mantendo-se praticamente constantes em relação ao mês de março deste ano. Tal fato deveu-se à redução na receita do salário-educação (R\$ 174,6 milhões, em abril, contra R\$ 213,2 milhões, em março), compensada pelo acréscimo nas receitas das fontes 150 e 250 (R\$ 553,4 milhões, em abril, contra R\$ 510,3 milhões, em março).

Portanto, com este desempenho no mês, a arrecadação total do Tesouro Nacional atingiu R\$ 48,3 bilhões, nos primeiros quatro meses deste ano, o que representa um crescimento nominal de 29,5%, em relação a igual período de 1997, quando perfez R\$ 37,2 bilhões.

A despesa total cresceu, nominalmente, 19,9% em relação ao verificado em abril de 1997, sendo que as “Transferências a Estados e Municípios” aumentaram 23,4% e, “Pessoal e Encargos”, 9,5%. O maior crescimento na despesa, contudo, verificou-se no item “Outras Despesas de Custeio e Capital” (26,8%), com destaque para Saúde (10,8%), Educação (37,2%) e LOAS (53,2%). Em termos de valores, convém destacar que, apesar das taxas elevadas, tais acréscimos foram pouco superiores a R\$ 100 milhões (no caso da Saúde e Educação) e de R\$ 30,0 milhões no caso do LOAS, cuja despesa tem-se mantido em torno de R\$ 80,0 milhões/mês desde novembro de 1997.

Comparativamente a março deste ano, a despesa total apresentou decréscimo de 12,6%, sendo que o fator mais expressivo foi o retorno da despesa de pessoal ao patamar de R\$ 3,4 bilhões, correspondente a 100% da folha do mês de competência, após efetuada a mudança de pagamento da remuneração do funcionalismo previsto pela MP nº 1.639-38/98.

Em abril, os gastos com incentivos à agricultura e às exportações nacionais, através da equalização das operações oficiais de crédito somaram R\$ 95,0 milhões. Deste total, R\$ 51,6 milhões destinaram-se às operações de Aquisições do Governo federal - AGF, utilizadas para compra de milho, arroz, feijão, sisal e trigo e para fazer face às despesas com a manutenção de estoques governamentais de produtos agrícolas, junto à Conab. Adicionalmente, foram vendidos R\$ 42,8 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma despesa líquida no mês de R\$ 8,8 milhões.

¹ Refere-se a dividendos pagos por BANESPA, CMB, ECT, BB e CODEVASF.

Foram liberados, também, R\$ 7,6 milhões para o Custeio Agropecuário, R\$ 1,4 milhões para operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) e R\$ 11,6 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Além disso, foram liberados R\$ 16,1 milhões para o programa de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

Foram destinados, também, R\$ 49,5 milhões, para fazer face às despesas com a equalização de taxas, ao Programa de Financiamento à Exportações - Proex, com a finalidade de conceder financiamentos a diversos exportadores.

II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL: MAIO/98

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado caiu de 12,8% do PIB, em abril, para 12,4% do PIB, em maio. Enquanto o saldo da dívida externa apresentou crescimento modesto (R\$ 282 milhões), o saldo da dívida interna apresentou uma queda acentuada de R\$ 3,2 bilhões.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL			
EM PODER DO MERCADO			
SALDOS EM R\$ MILHÕES			
	MAR	1998 ABR	MAI
I. DÍVIDA INTERNA	41.282	41.932	38.707
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	164.293	161.182	156.266
I.2 - Dívida Contratual da STN	-76.886	-72.337	-70.092
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-46.125	-46.912	-47.467
II. DÍVIDA EXTERNA	71.103	71.197	71.479
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	54.829	55.183	55.474
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-3.493	-3.520	-3.614
II.3 - Dívida Contratual	20.218	19.989	20.070
II.4 - Disponibilidades	-452	-455	-450
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	112.385	113.129	110.186
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	12,8%	12,8%	12,4%

(*) Dados Preliminares.

Esta queda deveu-se basicamente a dois fatores: i) a redução da DPMF interna em mercado de R\$ 4,9 bilhões, em função dos resgates de LTN em mercado, mencionado abaixo, fazendo com que o saldo daquele papel caísse em R\$ 6,8 bilhões; e ii) redução dos haveres do Tesouro Nacional em função de assunção de dívida do DNER junto ao Tesouro de acordo com previsto pela Lei nº 9.558/97, com impacto na dívida contratual interna líquida.

II.1 - Dívida Interna

II.1.1 - Dívida Mobiliária

O saldo da DPMF em poder do mercado reduziu-se em relação à abril, de 18,2% do PIB, R\$ 161,2 bilhões, para 17,6% do PIB, ou R\$ 156,3 bilhões.

Houve resgate líquido de títulos da ordem de R\$ 8,2 bilhões, tendo sido pagos encargos no valor de R\$ 1,9 bilhão. O Tesouro Nacional resgatou R\$

17,5 bilhões de títulos em mercado, com destaque para o resgate de R\$ 16,5 bilhões de LTN vencidas no mês de maio. Foram emitidos R\$ 8,9 bilhões (valor financeiro) no período.

TESOURO NACIONAL-DPMF
SALDOS EM R\$ MILHÕES

	1998		
	MAR	ABR	MAI
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	241.804	239.851	234.678
I.1 Dívida com Mercado	164.293	161.182	156.266
I.1.01 LTN	76.108	76.271	69.515
I.1.02 LFT	15.962	14.872	15.114
I.1.03 LFT-A	793	0	102
I.1.04 LFT-B	13.045	13.264	14.352
I.1.05 NTN-A	4.733	4.783	4.828
I.1.06 NTN-D	22.174	22.310	22.337
I.1.07 NTN-H	2.123	0	0
I.1.08 Demais	29.355	29.682	30.017
I.2 Dívida com BACEN	77.511	78.670	78.412
I.2.01 LTN	24.233	23.950	23.247
I.2.02 NTN-D	120	86	0
I.2.03 LFT-A	46.922	48.342	48.825
I.2.04 Demais	6.236	6.291	6.340
II Dívida MERCADO/PIB	18,6%	18,2%	17,6%

Destaque-se, também, a não colocação de títulos em dois leilões realizados em maio, em função do alto nível das taxas que foram pedidas, considerado desinteressante ao Tesouro Nacional.

Os principais fatos referentes à Dívida Pública Mobiliária Federal ocorridos em maio foram:

- i) Emissão especial de R\$ 101,9 milhões em LFT-A e R\$ 65,2 milhões em LFT-B, junto ao Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), em decorrência da assunção de dívida mobiliária de responsabilidade do Estado, sob o amparo da Lei nº 9.496/97;
- ii) Emissão especial de R\$ 282,6 milhões em LFT-B, junto à CEF, em decorrência da assunção de dívida contratual de responsabilidade do Estado do Espírito Santo, sob o amparo da Lei nº 9.496/97;
- iii) Emissão especial de R\$ 120,1 milhões em LFT-B, junto à CEF, em decorrência da assunção de dívida contratual de responsabilidade do Estado do Amazonas, sob o amparo da Lei nº 9.496/97;
- iv) Emissão especial de R\$ 549,2 milhões em LFT-B, junto ao Banco do Estado de Rondônia, em cumprimento ao Termo de re- ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre a União, o Estado de Rondônia,

o Banco do Estado de Rondônia e Rondônia Crédito Imobiliário, sob o amparo da MP nº 1.654-24/98;

v) Assunção de R\$ 1,6 milhão de LFT-E de dívida mobiliária do Estado do Espírito Santo que se encontram em poder do Banco do Estado do Pará; e

vi) Emissão do Certificado do Tesouro Nacional - CTN², destinado a servir como instrumento para a renegociação da dívida agrícola.

Com relação à emissão do CTN, cabe mencionar que tratou-se da primeira emissão relativa à renegociação de dívidas originárias de crédito rural de que tratam o art. 5º, § 6º, da Lei nº 9.138/95 e Resolução nº 2.238/96. De acordo com a Resolução CMN nº 2.471/98, a referida renegociação está condicionada à aquisição dos CTN, pelos devedores, por intermédio de instituição financeira credora, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, e que devem ser entregues ao credor em garantia do principal.

As emissões financeiras em mercado realizadas semanalmente, pelo Tesouro Nacional, tiveram as seguintes características:

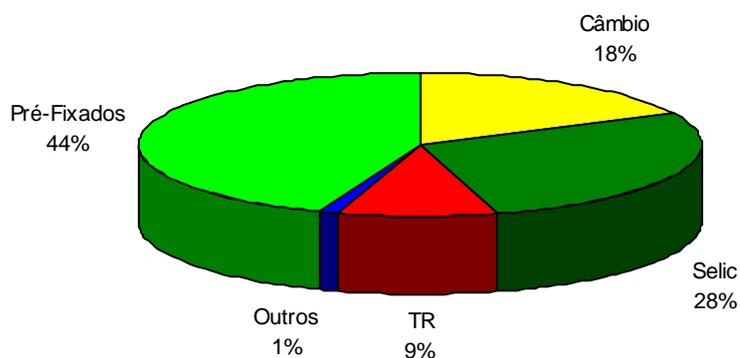
TESOURO NACIONAL - EMISSOES FINANCEIRAS EM MERCADO					
Maio/98					
DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/05/98	CTN	20 anos	12,00%	0,3	3,4
	NTN-D	3 anos	12,99% + VC	418,4	500,0
06/05/98	LTN	91 dc/ 64 du	23,63%	1.893,8	2.000,0
	LTN	182 dc/ 126 du	24,71%	1.609,7	1.800,0
	LTN	364 dc/ 249 du	26,12%	396,4	500,0
13/05/98	LTN	91 dc/ 64 du	23,67%	2.367,1	2.500,0
	LTN	182 dc/ 126 du	24,80%	1.787,9	2.000,0
	LTN	364 dc/ 249 du	26,30%	395,8	500,0
TOTAL				8.869,4	9.803,4

VC = *Varição Cambial*

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, era a seguinte:

² Títulos criados pelo Art. 5º da MP nº 1.618-51, de 13.03.98, e com as características estabelecidas através da Portaria MF nº 58, de 26.03.98.

COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR



Em função dos resgates e das emissões mencionadas anteriormente, a composição da DPMF interna foi alterada, com o aumento do peso relativo das LFT e redução do peso das LTN, conforme se observa no quadro abaixo.

TESOURO NACIONAL - COMPOSIÇÃO DA DPMFi		
<i>Títulos mais significativos (%)</i>		
TÍTULO	Abr/98	Mai/98
LTN	41,8	39,5
NTN-D	9,3	9,5
LFT	6,2	6,4
LTF-A	20,2	20,8
LFT-B	5,5	6,1
LFT-E	0,3	0,3
DEMAIS	16,7	17,4
TOTAL	100,0	100,0

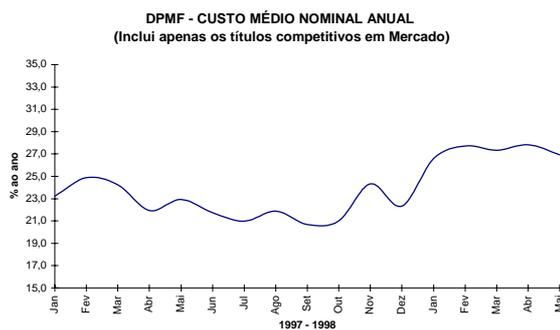
O custo médio nominal mensal dos títulos competitivos em mercado apresentou crescimento de 1,87%, em abril, para 1,91%, no mês de maio/98. Entretanto, em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio caiu de 27,84%, em abril, para 26,92%, em maio.

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, em poder do mercado, o custo médio da dívida pública em mercado decresceu, atingindo 23,81% ao ano, no mês de maio, contra 26,03% ao ano, no mês de abril.

O custo médio da DPMF em mercado foi 0,28 ponto percentual superior à variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional).

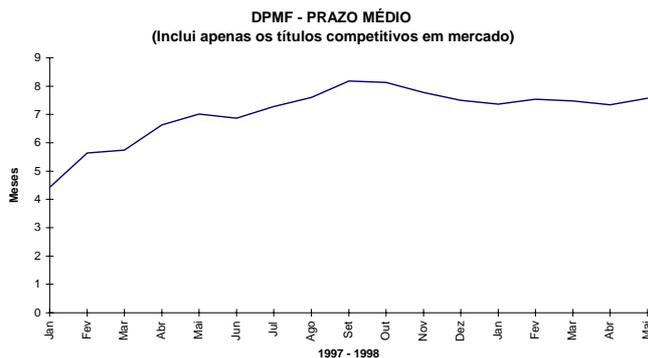
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO			
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)			
PERÍODO		TOTAL	COMP (1)
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92

(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, apresentou crescimento, passando de 7,34 meses em abril para 7,58 meses em maio.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34
	Mai	7,58



II.1.2 - Dívida Contratual

O saldo dos haveres líquidos contratuais internos totalizou R\$ 117,6 bilhões, no mês de maio, sendo 59,6% relativos à STN e 40,4% aos fundos, autarquias e fundações. Observa-se uma redução de R\$ 2,2 bilhões nos haveres líquidos do Tesouro e um crescimento de R\$ 555,0 milhões nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	1998		
	MAR	ABR	MAI
SALDOS EM R\$ MILHÕES			
TOTAL	-123.011	-119.249	-117.559
Total da STN	-76.886	-72.337	-70.092
Dívida Bancária	38.595	38.327	38.494
Crédito Securitizado	17.095	20.380	20.453
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.667	3.661	3.699
Debêntures	1.047	858	706
LH-CEF	-825	0	0
OFND	-1.801	0	0
INSS	-6.595	-6.708	-6.817
Lei 7976/89	-8.846	-8.874	-8.916
Bônus Renegociação	-17.122	-17.319	-17.480
Lei 8.727/93	-39.494	-39.228	-39.397
Lei 9.496/97	-51.311	-51.456	-51.511
Outros Haveres	-11.294	-11.978	-9.323
Total de Fundos, Autarquias e Fundações	-46.125	-46.912	-47.467
Fat	-33.140	-33.695	-33.919
Demais Entidades	-12.985	-13.217	-13.548

O principal fator que influenciou a variação do estoque de haveres líquidos contratuais do Tesouro Nacional no mês de maio em relação a abril foi a assunção do saldo devedor de operação de crédito interno contratada pela DNER junto ao Tesouro Nacional. Como a Lei nº 9.558/97 autorizou tal assunção, foi efetuada baixa contábil do referido saldo devedor, o que reduziu o montante de haveres do Tesouro Nacional em R\$ 2,8 bilhões (valor atualizado da dívida contratada).

II.2 - Dívida Externa

Em maio/98, o saldo da dívida mobiliária externa ficou em R\$ 55,5 bilhões, sendo 84,3%, composto por bônus de renegociação e, 15,7%, por bônus de captação. A dívida contratual externa do Tesouro Nacional fechou o mês com um saldo de R\$ 20,1 bilhões.

DÍVIDA EXTERNA DO TESOIRO NACIONAL
SALDOS EM R\$ MILHÕES

	MAR	1998 ABR	MAI
1.DÍVIDA MOBILIÁRIA	54.829	55.183	55.474
1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.306	46.525	46.777
Brazil Investment Bond (BIB)	1.024	1.030	1.036
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.674	5.709	5.740
Par Bond (PB)	4.911	4.941	4.968
Discount Bond (DB)	6.152	6.190	6.223
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.976	1.988	1.999
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.311	8.362	8.407
Debt Conversion Bond (DCB)	9.656	9.715	9.768
New Money Bond (NMB)	2.547	2.562	2.576
Eligible Interest (EI)	6.053	6.028	6.061
1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO	8.523	8.658	8.697
Global Bond 2027	3.981	4.005	4.027
Demais	4.542	4.653	4.670
2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.493	-3.520	-3.614
3.DÍVIDA CONTRATUAL	20.218	19.989	20.070
4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-452	-455	-450
TOTAL	71.103	71.197	71.479

(*) Dados Preliminares

Foram gastos R\$ 305,1 milhões com juros e outros encargos da dívida externa, sendo R\$ 29,8 milhões para Organismos Multilaterais, R\$ 29,1 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais e R\$ 246,2 milhões para a rolagem da dívida externa, sendo R\$ 203,1 milhões de Bônus Global 2027³, R\$ 2,9 milhões com o Bônus Caravela⁴ e R\$ 40,3 milhões com o Bônus Parallel⁵.

TESOURO NACIONAL	Mai/98
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I Encargos Totais	305.089
I.1. Organismos Multilaterais	29.798
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	29.095
I.3. Dívida Mobiliária Externa	246.196
I.3.1. Bônus Global 2027	203.057
I.3.2. Bônus Caravela	2.871
I.3.3. Bônus Parallel	40.268

³ Título de captação, emitido no contexto da operação de reestruturação dos Brady Bonds ("Exchange Offer"), de acordo com a Resolução 69/96 do Senado Federal.

⁴ Título de captação, emitido no euromercado, de acordo com a Resolução 57/95 do Senado Federal.

⁵ Idem.